

GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS SOBRE A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS DA DIFERENÇA

**Nome da Coordenadora: Anete Abramowicz
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**

APRESENTAÇÃO

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet e Maria Walburga dos Santos

O grupo de pesquisa *Estudos sobre a criança, a infância e a educação infantil: políticas e práticas da diferença* formado em 1998 tem se dedicado a compreensão das concepções teóricas sobre criança e infância na contemporaneidade. As pesquisas focam a pluralização do objeto social da infância, considerando criança e infância como categorias históricas e contingentes por meio de suas multiplicidades: raça, gênero, sexualidade e etnia.

O enfoque do grupo tem sido a compreender e diagramar as infâncias, entendidas como uma experiência social que atravessa crianças e adultos indiferentemente. Buscamos cartografar os modos pelos quais as crianças são subjetivadas e se subjetivam pelas diferenças que as marcam e entender de que maneira as crianças se representam e são representadas; o modo pelo qual são produzidas no campo social e de que maneira possuem agência social. Tomamos a multiplicidade da experiência da infância como positividade orientada pelo pensamento da diferença, que se pauta nos referenciais teóricos deleuziano e foucaultiano, e nos campos contemporâneos das relações étnico-raciais, de sexualidade e gênero, para os quais as diferenças infletem nossa subjetividade permitindo múltiplas possibilidades de existências. Compreendemos que a criança se refaz de forma singular em suas diferenças e é na busca de compreender as possibilidades destas singularidades que o grupo de pesquisa realiza suas atividades.

Dentre os últimos projetos desenvolvidos pelo grupo, destacamos: "*Representações da criança e da infância na iconografia brasileira dos anos 1880 -1940*" e "*A sociologia da infância no Brasil: uma genealogia em construção*" sendo que deste segundo projeto, derivará um livro com os resultados da pesquisa a ser publicado em 2015.

Além destes dois projetos o Grupo realiza desde 2012 em parceria com o curso de Especialização em Educação Infantil da UFSCar seminários internacionais a fim de debater em um diálogo transnacional as crianças e suas infâncias. Em 2012 realizamos o I Seminário Educação Infantil e Diferença, com o Professor Michel Vandebroek da University Ghent. Em 2013, realizamos o II Seminário Sociologia da Infância com a participação do Professor Manuel J. Sarmiento da Universidade do Minho e em 2014, o III Seminário contou com a participação do Professor Pap Ndiaye da Université Sciences Po de Paris e da Professora Véronique Francis da Universidade de Orleans, para debater o tema Infância e Relações Étnico-Raciais.

As pesquisas mais recentes desenvolvidas pelo grupo incluem a proposição da compreensão do “bebê” como um conceito teórico no interior da sociologia da infância cujo estudo requer metodologias específicas (Tebet, 2013; Tebet e Abramowicz, 2013, 2014). Nesta edição do GRUPECI selecionamos algumas das pesquisas em curso desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa com os textos: “*Políticas Públicas Municipais de Educação Infantil: diagnóstico e pesquisa OBEDUC/CAPES/INEP*” (Abramowicz, Henriques e Oliveira), “*Contribuições do ‘Projeto UNESCO no Brasil’ para o campo de pesquisa de infância e relações étnico-raciais*” (Cruz e Rodrigues) e “*Reformas políticas e impactos nas unidades de educação infantil das IFES – reflexões a partir da Unidade de Atendimento à Criança (UAC – UFSCar)*” (Moruzzi e Silva).

RESUMOS:

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DIAGNÓSTICO E PESQUISA. OBEDUC/CAPES/INEP

Anete Abramowicz, Afonso Henriques e Fabiana Luci de Oliveira

Este projeto pretende propor indicadores para a realização de um diagnóstico da rede pública para esta etapa do ensino básico, a partir de um projeto piloto que será desenvolvido no Município de São Carlos em São Paulo. Para a realização dos indicadores e da construção do diagnóstico serão necessárias três etapas concomitantes. A primeira etapa consiste no estabelecimento de indicadores para a realização de um sistema de captação de dados da rede de Educação Infantil do município. A segunda etapa trata da análise dos resultados obtidos e a terceira etapa caracteriza-se pela análise dos dados obtidos comparados aos indicadores contidos no Censo Escolar do portal do INEP, com o objetivo central de subsidiar e avaliar as políticas públicas educacionais para a educação infantil. Os indicadores que se pretende construir têm por objetivo traçar um perfil racial, de classe e de gênero do profissional que atua com as crianças pequenas e, ao mesmo tempo, da clientela atendida. Temos por hipótese, a partir dos dados obtidos na pesquisa “*Diagnóstico das Creches Municipais de São Carlos*” entre os anos de 2000 e 2007, e em consonância com o referencial teórico adotado, que a partir da exigência do diploma de nível superior exigido para o cuidado e a educação da criança pequena na primeira etapa da educação básica e nas creches, que este fato levou à exclusão de seus quadros a profissional negra que lá trabalhava produzindo, deste modo, como uma das consequências, uma política de branqueamento como parte da política educacional brasileira existente desde 1917. Esta pesquisa pretende analisar, especialmente, o impacto do recorte racial presente na política educacional, especialmente nas políticas para a infância. Utilizando a obra de Jerry Dávila (2003), *Diploma of Whiteness – race and social policy in Brazil 1917-1945*, busca-se mostrar a política de branqueamento presente nos princípios e na história da educação brasileira que se desenvolveu a partir do sofisticado discurso da democracia racial que velou a instauração de um racismo estrutural. A partir de um estudo de caso realizado no município de São Carlos verificamos que o processo de branqueamento dos profissionais da infância é uma atualidade que permeia as novas orientações educacionais, mas agora amparado pelo discurso da diversidade. Pretendemos, portanto, atualizar os dados de São Carlos a partir da análise do banco de dados que foi realizado pela Prefeitura Municipal de São Carlos (cuja gestão petista se encerrou em janeiro de 2013), realizando o diagnóstico, no sentido de buscar traçar o perfil dos profissionais e da clientela da Educação Infantil de maneira a subsidiar e avaliar a política pública para a primeira etapa da educação básica.

Palavras-Chave: Avaliação, Política Pública e Branqueamento.

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO UNESCO NO BRASIL PARA O CAMPO DE PESQUISA SOBRE INFÂNCIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ana Cristina Juvenal da Cruz e Tatiane Cosentino Rodrigues

Este texto objetiva contribuir para o histórico da pesquisa teórica da criança e infância no que tange a temática das relações étnico-raciais. Esta análise foi desenvolvida a partir de dois trabalhos desenvolvidos no âmbito de um programa de pesquisa da UNESCO aplicado no Brasil conhecido por “*Projeto UNESCO sobre relações raciais*”, realizado em parceria com a Revista Anhembi de São Paulo entre 1950 e 1953. Os resultados do Projeto Unesco foram importantes para o desenvolvimento de um tipo de abordagem que se caracterizou como próprio da Escola Paulista de Sociologia. Buscando capturar o movimento das ideias que anteciparam o pensamento sobre relações raciais e infância, integramos nesta análise os textos de Virgínia Leone Bicudo (1955) “*Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a côr dos seus colegas*” e Aniela Meyer Ginsberg (1955) “*Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr*”. Ambas as pesquisas evidenciam a antecipação do pensamento sobre os modos de socialização das crianças que se tornaria central nos estudos contemporâneos: a agência da criança e, de modo específico, a especificidade desta agência em termos de relações raciais. As pesquisas são precursoras por articularem categorias de análise como raça, gênero, nacionalidade, faixa etária e classe social. Os resultados articulados a partir de uma ênfase teórica entre sociologia e psicologia social, apontam a existência de um preconceito de cor independente do preconceito de classe. Os trabalhos das autoras embora possam ser alocados como fundamentais na estrutura do Projeto UNESCO são denominados de “*documentos*” ou “*protocolos de pesquisa*” que se constituíram em um conjunto de relatórios nos quais as temáticas especificamente encomendadas embasariam as demais pesquisas de caráter sociológico. As pesquisas de competência empírica realizadas por Bicudo e Meyer centralizaram a analítica sociológica, utilizando o espaço escolar como amostragem abrangente procurando compreender as atitudes de crianças pertencentes a grupos escolares em relação ao preconceito racial no espaço paulistano. O interessante é observar como esta temática adentra no Projeto UNESCO, considerado como um marco na institucionalização das ciências sociais no Brasil. Dito de outra maneira, no momento em que as ciências sociais brasileiras se constituem como área de estudo e pesquisa as temáticas das crianças e de suas infâncias (marcadas pelas variabilidades de experiências de gênero, raça, classe social etc.) se consolidam junto à pesquisa sobre relações raciais. Dessa forma, buscou-se conciliar uma sequencia diacrônica na qual os trabalhos das autoras são inseridos com os temas das pesquisas contemporâneas sobre infância e relações étnico-raciais.

Palavras-Chave: Relações Étnico-Raciais, Infância, Projeto Unesco sobre Relações Raciais.

REFORMAS POLÍTICAS E IMPACTOS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS IFES – REFLEXÕES A PARTIR DA UNIDADE DE ATENDIMENTO A CRIANÇA (UAC – UFSCAR).

Andrea Braga Moruzzi e Bianca Neves Borges da Silva

Apresentamos neste trabalho o percurso histórico e político que possibilitou a consolidação da educação infantil como um direito da criança. Da Constituição de 1988 à configuração da LDB de 1996 a educação infantil se torna um direito da criança e a primeira etapa da Educação Básica. Como parte deste processo de transformação, entra em vigor em 2011 a Resolução de Março do Conselho Nacional de Educação que dispõe a respeito das diretrizes para o funcionamento das Unidades de Educação vinculadas as IFES. Nestas diretrizes há pelos menos duas prerrogativas que se impõe sobre todas as Unidades de Educação das Universidades Federais: (1) tornarem-se centros ou unidades acadêmicas, vinculadas ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, tais como as demais Unidades ou Departamentos que constituem as universidades se quiserem continuar sendo mantidas pela União Federativa; (2) universalizarem o atendimento a todas as crianças, oportunizando formas igualitárias de ingresso e permanência, não realizando reserva de vagas ou processos seletivos internos, o que impacta significativamente sobre a organização destas unidades uma vez que historicamente atenderam filhos e filhas de servidores e alunos (as) destas instituições. O objetivo deste trabalho é apresentar estas mudanças e desafios postos pela Resolução do CNE de Março de 2011 a partir do estudo e análise das mudanças organizacionais e pedagógicas ocorridas na Unidade de Atendimento a Criança (UAC- UFSCar), a qual pudemos acompanhar muito intensamente pelo vínculo constituído em 2013 com a direção da unidade. Esta abertura nos trouxe também caminhos para realizarmos uma pesquisa mais sistematizada sobre as demais “creches” e unidades de educação com apoio da FAPESP. Desta maneira, apresentaremos neste trabalho as seguintes discussões: 1. As mudanças políticas e os dispositivos legais que possibilitaram a consolidação da educação infantil como direito da criança, tais como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, os Critérios de Atendimento que garantem os Direitos das Crianças, o Projeto de Lei que aprova o Plano Nacional de Educação de 2011 a 2020 e, por fim, a Resolução do Conselho Nacional de Educação de Março de 2011; 2. Apresentaremos um levantamento sobre as Unidades de Educação infantil vinculadas as IFES e suas correspondentes retrospectivas históricas e políticas, visibilizando: a existência destas unidades, seus vínculos acadêmicos, seus principais desafios e metas; 3. Por fim, apresentaremos a forma pela qual a Unidade de Atendimento a Criança (UAC-UFSCar) está realizando as adequações necessárias para o atendimento da Resolução de Março de 2011 e os impactos causados na comunidade interna da Universidade. Pretendemos com este trabalho ampliar as discussões para e com as demais unidades que passam pelos mesmos processos de adequação, mobilizando os pesquisadores da infância e da educação infantil para as discussões referentes às unidades de educação no interior das IFES.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Unidades de Educação das IFES, Políticas de Educação Infantil.